

RESPONSABILIZANDO MINERADORAS CANADENSES: uma entrevista com o professor emérito Shin Imai sobre desafios e caminhos na América Latina e no Canadá

Shin IMAI¹
York University (YU)

Thaís Henriques DIAS²
Universidade Federal Fluminense (UFF)



Professor Emérito Shin Imai (foto cedida pelo autor)

Entrevista realizada presencialmente em 11 de setembro de 2024.

Nesta entrevista, conduzida por Thaís Henriques Dias, Shin Imai compartilha sua trajetória como advogado e professor de direito indígena e direitos humanos, além de sua visão

¹ Professor emérito da Osgoode Hall Law School, cofundador do Justice and Corporate Accountability Project (JCAP), atuou como Diretor Acadêmico no Parkdale Community Legal Services e no Programa Intensivo sobre Terras, Recursos e Governos Indígenas – E-mail: simai@justice-project.org – Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5201-7861>.

² Doutoranda e mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com doutorado sanduíche na York University, no Canadá. Pesquisadora associada ao Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) e ao Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA) – E-mail: thaishd@id.uff.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2554-4915>.

sobre alguns de seus principais temas de pesquisa e atuação, como os conflitos envolvendo mineradoras canadenses na América Latina e no Canadá, o papel do governo canadense e de suas embaixadas nesses conflitos, algumas estratégias para buscar a responsabilização corporativa e a chamada advocacia comunitária. A conversa ocorreu em 11 de setembro de 2024, na Faculdade de Direito Osgoode Hall (*Osgoode Hall Law School*), da Universidade de York (*York University*), em Toronto, Canadá, durante a estadia da entrevistadora como acadêmica visitante na Faculdade de Mudança Ambiental e Urbana (*Faculty of Environmental and Urban Change*) da mesma universidade, no âmbito de uma bolsa de estágio no exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Shin Imai é professor emérito da Osgoode Hall Law School e cofundador do Projeto Justiça e Responsabilização Corporativa (*Justice and Corporate Accountability Project – JCAP*), uma clínica jurídica transnacional, colaborativa e voltada para a defesa e assessoria às comunidades atingidas pela extração de bens naturais. O JCAP, formado por um pequeno grupo de advogados voluntários, professores de direito e estudantes vinculados à Osgoode, desde sua criação em 2011, tem se dedicado a pesquisar, documentar e conscientizar sobre violações de direitos humanos e violência relacionadas a mineradoras canadenses. Ao longo dos anos, o JCAP produziu relatórios e recomendações e desenvolveu expertise no apoio a comunidades indígenas e camponesas nas Américas e na África, tornando-se uma referência fundamental tanto na academia quanto na sociedade civil.

Na *Confluências*, estamos honrados e gratos pela oportunidade de compartilhar as palavras de Shin Imai com o público brasileiro, buscando contribuir com as redes de solidariedade sobre justiça e responsabilidade corporativa no Brasil e no Canadá.

Esta entrevista foi realizada em inglês e traduzida para o português com o apoio de ferramentas de tradução assistida. As notas de rodapé e as inserções entre colchetes são de autoria da entrevistadora.

*

Thaís Henriques Dias: Para começar, em uma entrevista publicada no *Canadian Lawyer* no ano passado (Gruske, 2023), li que você começou a investigar conflitos entre mineradoras canadenses e comunidades locais devido ao seu interesse pelos direitos indígenas e seu trabalho na América Latina. Poderia me contar mais sobre o que o levou a focar especificamente neste tema e como isso moldou sua trajetória profissional e acadêmica?

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

Shin Imai: Sim, meu primeiro trabalho depois de me tornar advogado foi com uma comunidade indígena no norte de Ontário³. Era bastante isolada, não havia estrada. Você podia ir de trem ou voar até a comunidade. Era uma comunidade muito pequena, de cerca de 3.000 pessoas, e foi muito interessante viver lá. Eu fiquei lá por um ano como advogado de assistência jurídica⁴, e pude conhecer as pessoas e aprender sobre seus problemas. Uma das coisas chocantes que descobri lá foi uma linha de transmissão de energia construída a partir de uma comunidade mineira no Sul, ao sul dessa comunidade chamada Moosonee. Houve uma linha de transmissão construída mais ao norte, e no meio havia uma pequena comunidade que vivia da terra. A construção exigiu represar o rio, causando muitos impactos negativos naquela comunidade, mas quando construíram a linha de transmissão, simplesmente passaram por cima dessa comunidade, dizendo: “Bem, não era econômico”, embora toda a comunidade tenha sofrido as consequências.

Houve muitas experiências como essa, e eu decidi focar na representação de povos indígenas. Fiz isso por cerca de sete anos como advogado antes de me tornar professor de direito, e era isso que eu ensinava. Era uma questão com a qual eu estava bastante familiarizado no Canadá. Quando me envolvi em um projeto sobre direitos humanos na América Latina, obviamente me interessei pelos povos indígenas de lá. Quando comecei a pesquisar sobre isso, a questão número um que apareceu para mim não foi discriminação ou direitos linguísticos... foram as mineradoras canadenses! Esse era o maior problema. Fiquei chocado porque eu não sabia nada sobre isso, e acho que a maioria dos canadenses também não sabia, 10 ou 15 anos atrás. Hoje, acho que há um conhecimento muito maior, em parte porque mais organizações internacionais estão tentando apoiar as lutas no território. Isso tem que vir das lutas dos povos indígenas no território, isso é o mais importante. E eu acho que isso está acontecendo. Dentro dos países da América Latina, agora há um maior reconhecimento dos povos indígenas, e acadêmicos como você e Priscylla Joca⁵, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina, estão se interessando por essas questões. Acho que isso se tornou mais reconhecido como uma questão que precisa ser enfrentada. Foi assim que eu entrei nisso.

³ Província canadense, cuja capital é Toronto.

⁴ No Canadá, um "legal aid lawyer" é um advogado que oferece serviços jurídicos a pessoas que não têm condições financeiras de pagar por um advogado particular.

⁵ Priscylla Joca é uma pesquisadora brasileira e professora assistente na Lincoln Alexander School of Law da Toronto Metropolitan University (TMU). Seu trabalho se concentra nos direitos indígenas e nos direitos humanos internacionais, com foco em estudos jurídicos comparativos entre o Canadá e o Brasil.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

Thaís Henriques Dias: E como surgiu o Justice and Corporate Accountability Project (JCAP)? Qual perspectiva orienta o trabalho de vocês e como você vê o papel do direito no que vocês fazem?

Shin Imai: É interessante porque, como eu estava dizendo, depois que me envolvi no projeto e aprendi sobre essas questões, pensei: "Isso é terrível. Alguém deveria fazer algo a respeito". Então, reuni cerca de dez estudantes de direito e organizei um pequeno seminário. Eu disse: "Aqui está o problema: temos mineradoras canadenses, e todas essas coisas ruins estão acontecendo. O que podemos fazer a respeito?" Atribuí uma tarefa a cada estudante: "Você pesquisa direito penal, há algo que possamos fazer no direito penal? Você pesquisa direito empresarial. Você pesquisa direito internacional dos direitos humanos". Dividimos o trabalho, todos fizeram suas pesquisas e tentamos descobrir o que poderia ser feito. O que descobrimos foi que existiam estruturas jurídicas em vigor, convenções das Nações Unidas, até mesmo leis em diferentes países, mas nenhuma delas funcionava. Havia tanta impunidade. Era impressionante. Começamos a trabalhar nisso e meus alunos disseram: "Shin, deveríamos dar um nome para o projeto". Eles criaram um nome e, agora, somos seis ou sete. Todos eles são advogados agora. Somos todos voluntários trabalhando com estudantes de direito. Dois ou três de nós somos professores, e temos estudantes de direito que ou se voluntariam ou são pagos no verão para fazer pesquisas para nós. É assim que operamos, produzindo relatórios e oferecendo assistência direta ou acompanhamento a comunidades na América Latina.

A parte do direito é interessante porque eu não acho que o direito seja o salvador. O direito pode ajudar, mas também é o opressor. Não existe uma mineradora [canadense] na América Latina que não tenha uma concessão do governo federal. Todas estão operando legalmente, pelo menos no papel, e isso é o direito. O direito permite que elas façam isso. Então, embora eu não veja o direito como uma solução em si, conhecer o direito dá a você uma ferramenta para reagir, e é isso que estamos fazendo.

Também há uma diferença entre uma ONG (organização não governamental) e o tipo de trabalho que fazemos. Como advogado, você tem clientes e uma responsabilidade para com eles, então o trabalho do advogado não é dizer: "Eu acho isso, eu acho aquilo, então você deveria fazer isso ou aquilo". Idealmente, o trabalho do advogado é perguntar: "Qual é o problema? O que os membros da comunidade pensam? O que vocês querem fazer sobre isso? Como posso ajudá-los a lidar com esse problema?". Isso é chamado de abordagem de advocacia

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

comunitária, a comunidade conduz o trabalho, não o advogado. Não se trata de dizer: “Eu sei que isso viola a Constituição, então vou levar seu caso ao tribunal”. Isso pode ser ótimo na faculdade de direito, mas não é advocacia comunitária. Mesmo que você acredite que está fazendo algo bom, pode não ser a prioridade da comunidade. O primeiro passo é perguntar e entender o que a comunidade quer, e então fazemos o nosso trabalho. Não temos posições muito fixas sobre o que as comunidades deveriam querer, enquanto às vezes as ONGs ambientais têm um foco muito orientado por questões específicas. Por exemplo, uma ONG ambiental pode ser contra combustíveis fósseis e, portanto, contra qualquer mineração, ponto final. Mas se uma comunidade disser: “Se conseguirmos empregos e isso ajudar nossa comunidade, talvez possamos conviver com uma mineradora”, essa ONG não poderá ajudá-los porque tem uma posição diferente, enquanto a nossa visão é que a comunidade deve decidir. Eles devem ter todas as informações e não tomar uma decisão com base em informações falsas ou propaganda da empresa, mas, no fim das contas, é a vida deles.

Essa é uma diferença que temos. Fazemos advocacia comunitária, ao contrário de uma ONG, que pode ter opiniões muito firmes sobre o que deve acontecer. Não é que você precise de um e não do outro. Você precisa dos dois. Acho que há espaço para ambos. Mas a lacuna que identificamos foi que os governos têm advogados, as mineradoras têm advogados, e as comunidades muitas vezes não têm. Pode haver algum suporte jurídico disponível, mas, em geral, é muito difícil para as comunidades acessarem advogados que trabalhem em seus casos. Essa é a lacuna que tentamos preencher. Claro, somos apenas seis voluntários, então não podemos lidar com um grande volume de casos, mas essa é a nossa filosofia geral.

Thaís Henriques Dias: E há um caso específico em que o JCAP trabalhou e que teve um grande impacto em você?

Shin Imai: Há alguns. Um deles foi um caso na Guatemala, no qual trabalhamos bastante. Envolvia uma mineradora canadense muito, muito violenta [a Tahoe Resources]. Houve quatro ou cinco assassinatos direcionados a pessoas específicas, além da criminalização de membros da comunidade... foi terrível. Também havia defensores de direitos humanos do Canadá trabalhando com a comunidade, *defensores de derechos humanos*, e trabalhamos com eles. Eles estavam em contato próximo com a comunidade, nos informando sobre o que estava acontecendo e sobre o que poderíamos fazer para ajudar. Ao longo de cinco ou seis anos,

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

fizemos várias coisas no Canadá. Enquanto isso, a mineradora continuava dizendo: “Ah, as comunidades nos adoram, está tudo bem”, mas, finalmente, o tribunal da Guatemala fechou a mina. Disseram que não havia ocorrido consulta suficiente com os povos indígenas.

Em seu auge, as ações da empresa [na bolsa de valores] valiam 25 dólares por unidade. Quando a mina foi fechada, a empresa teve que vender, e as ações valiam apenas cerca de cinco dólares. Durante esse período, foi muito desanimador para nós, parecia que nada estava mudando, mas quando olhávamos para os preços das ações, percebíamos que cada ação que tomávamos estava desgastando a empresa, e o valor delas continuava caindo. Também acredito que havia uma crescente consciência na Guatemala, as pessoas estavam reconhecendo que essa era uma empresa ruim. Felizmente, o tribunal tomou a decisão de fechá-la. Levou muito tempo, mas, de certa forma, foi um pouco bem-sucedido, porque agora há outra mineradora canadense lá, mas depois de ver as coisas terríveis que a anterior fez, eles tentaram evitá-las. Ainda há conflitos, mas pelo menos não houve assassinatos. Esse caso teve um grande impacto em mim.

Outro caso foi no Peru. Nas terras altas, havia uma empresa muito grande chamada Newmont, que obteve uma concessão minerária subornando um juiz durante a ditadura de [Alberto] Fujimori. Eles conseguiram a concessão e então expropriaram um pedaço de terra de uma comunidade campesina. Não sei se há algo similar no Brasil, mas as comunidades campesinas são essencialmente comunidades de camponeses agricultores que receberam as terras das grandes propriedades (*haciendas*) que controlavam vastas áreas, durante as reformas agrárias nas décadas de 1960 e 1970 pela América Latina. Parte dessas terras foi transferida para os camponeses e eles as possuíam de forma comunitária para proteger a terra, em vez de possuírem lotes individuais. A empresa mineradora queria parte dessa terra, então a expropriou, pagando à comunidade 30.000 dólares. Apenas alguns meses depois, a empresa hipotecou a terra por 85 milhões de dólares. Ou seja, a terra valia na verdade 85 milhões de dólares, e no auge, a mina estava fazendo um bilhão de dólares por ano, e a comunidade havia perdido sua terra, ficando apenas com 30.000 dólares. Eles não têm eletricidade, algo similar ao caso em Moosonee [no Canadá]. A empresa mineradora diz: “Ah, estamos fazendo tanto pela comunidade, estamos ajudando-os”, mas não permitem que eles consigam eletricidade. Eles não querem que a comunidade se estabeleça, porque planejam continuar expandindo, e uma vez que as pessoas se estabelecem com eletricidade, fica mais difícil deslocá-las. A comunidade foi ao governo peruano, pois havia um programa de eletrificação para áreas remotas, mas o governo se recusou, dizendo que a Newmont forneceria a eletricidade. Claro, a Newmont não forneceu.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

Eles nunca tiveram a intenção de fazê-lo. E ainda assim, a Newmont era muito grande em responsabilidade social corporativa, “As comunidades nos adoram, estamos fazendo um trabalho excelente, elas estão muito melhor graças a nós”. Assim como a Tahoe Resources na Guatemala: “As comunidades nos adoram, estamos ajudando-as, estamos transformando completamente a região”, mas essa não é a realidade.

Eu poderia te dar muitos outros exemplos, mas vou parar por aqui.

Thaís Henriques Dias: Com base na pesquisa que sua equipe realizou na América Latina e na África, vocês observaram diferenças significativas na forma como as mineradoras canadenses operam dentro do Canadá em comparação com suas operações no exterior?

Shin Imai: Com certeza, completamente. Uma vez pesquisei um caso envolvendo a mesma empresa mineradora operando tanto no Canadá quanto no Peru. A empresa estava planejando abrir uma mina no Peru, e alguns advogados que trabalhavam com a comunidade local entraram em contato com o JCAP para ajudar em um processo judicial. Nós submetemos um *amicus curiae* ao tribunal peruano. Como parte desse trabalho, pesquisei como a empresa canadense realizava consultas no Canadá em comparação com o que fizeram no Peru. No Canadá, antes de abrir uma mina, o processo de consulta com a comunidade levou dois ou três anos, em parte devido à legislação canadense. No Peru, a mesma empresa propôs um período de consulta de apenas 30 dias. Eles fazem o que fazem apenas para se livrar da forma que puderem.

Assim, há claramente uma diferença, mas não é tão evidente quanto se poderia pensar. Do ponto de vista canadense, e não sei se você já experienciou isso, tudo ao sul da fronteira entre o México e os Estados Unidos é visto como a mesma coisa, como um grande bloco: como se todos os países da América Latina fossem iguais, todos corruptos, envolvidos com drogas e assim por diante. É assim também que as mineradoras falam sobre a região. Quando levantamos preocupações sobre a violência, a resposta delas costuma ser algo como: “Bem, isso é a América Latina, é claro que há muita violência. Como você sabe que esse cara não era um traficante? O assassinato dele não teve nada a ver com a oposição à nossa mina”. Então, em comparação com esse estereótipo, o Canadá é muito melhor. Você tem acesso aos tribunais, e eles tomarão decisões. Há violência, mas não no mesmo nível. Se houvesse um projeto minerário canadense onde ocorressem cinco assassinatos contra alvos específicos, eu simplesmente não consigo imaginar essa mina seguindo adiante, todo mundo ficaria chocado. Nos últimos 100 anos, talvez

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

tenha havido uma pessoa morta em um protesto por terra no Canadá. Não sei quantas foram na América Latina, mas são dezenas por ano ou mais, então a violência é diferente.

Não há diferença, no entanto, em termos da pressão para abrir minas, e em áreas que são muito vulneráveis, que destroem rotas migratórias e poluem rios, a pressão aqui é a mesma da América Latina. As táticas usadas pelas empresas mineradoras são semelhantes, no que diz respeito a dividir para conquistar. Elas buscam aliados dentro da comunidade, tentam dividir e dizem: “Ok, se você for a favor da mina, você recebe esses benefícios, se não for, tudo bem, mas infelizmente você fica de fora”. Há várias táticas que são usadas.

Uma distinção é que, no Canadá hoje, a maioria dos grandes projetos não avançam a menos que as comunidades indígenas tenham algum tipo de envolvimento acionário, ou elas possuem parte do projeto ou terão *royalties* garantidos. Isso traz alguns elementos da comunidade para dentro do projeto de uma forma que não acontece na América Latina. Mas a tática continua a mesma: ela cria divisões dentro das comunidades, assim como em outros lugares. Na América Latina, ainda estamos na fase em que a consulta comunitária significa que você ganha um boné com o logo da empresa e “Nós vamos construir uma clínica de saúde” e é isso. Eu vi casos em que constroem uma clínica, colocam o logo da empresa nela, e depois a deixam vazia, porque ninguém está financiando ninguém para estar lá, você precisa de médicos, e precisa de suprimentos para funcionar. Não, tudo o que eles querem é a foto do prédio com o rótulo colocado. Eu estou generalizando, mas o grau de consulta real na América Latina não está no nível que está no Canadá.

No entanto, a América Latina não é um grande bloco único. Diferentes países têm estruturas, governos e sistemas jurídicos diferentes. Alguns tribunais são muito bons, e eles tomarão decisões, como no Chile, até mesmo na Guatemala e na Colômbia, por exemplo, que têm tribunais constitucionais muito bons, o mesmo no Brasil. Eles tomarão decisões que um tribunal canadense não tomaria, como fechar a mina e aplicar multas enormes. Você formula uma pergunta sobre se há diferenças entre o Canadá e a América Latina, e é difícil generalizar sobre a América Latina. Mesmo dentro de um país, como o Brasil, com as gestões de Jair [Bolsonaro] e Lula, há políticas diferentes.

Thaís Henriques Dias: Normalmente, vejo esses conflitos no Canadá envolvendo comunidades indígenas, mas gostaria de saber se há outros grupos sociais no Canadá que também são notavelmente afetados por esses projetos.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

Shin Imai: Existem grupos ambientalistas, eles são um dos mais óbvios com interesse no resultado das propostas de mineração e da indústria extrativa. A relação entre os grupos indígenas e esses grupos ambientalistas pode ser um tanto complicada. Isso volta ao que eu estava te dizendo antes sobre a diferença do que nós fazemos como advogados, tentamos seguir o que a comunidade quer, enquanto as ONGs existem para perseguir uma questão específica.

Dentro de uma comunidade, alguns membros podem focar em preocupações ambientais, enquanto outros podem ver o apoio econômico de uma mina como essencial e tentar negociar algo razoável para eles. Outra parte da comunidade pode ser apoiada por uma ONG ambientalista e ser contra a mina. Eu não acho que as ONGs ambientalistas criem divisões, elas articulam preocupações que já existem para alguns membros da comunidade. As ONGs aprenderam muito porque antes, se houvesse uma questão ambiental, elas eram contra a mina sem nem mesmo conversar com a comunidade, eram tão ruins quanto as empresas mineradoras, mas agora, elas não fazem mais isso.

Então, eu acho que esse é certamente um grupo. As comunidades rurais não indígenas também são impactadas, e elas podem apoiar a mina porque querem os empregos, há muitos empregos, como construção de estradas e trabalhos semelhantes. Cidades não indígenas querem obter desenvolvimento econômico, construir mais casas e esse tipo de coisa que vem com uma mina. Isso pode criar tensões entre a comunidade não indígena e os grupos indígenas, que podem ser menos entusiastas ou ver mais importância em sua relação com a terra e garantir que o peixe ainda suba o rio, esse tipo de questão. Enquanto para a comunidade não indígena, bem, o peixe é para pesca esportiva, algo que eles fazem aos sábados. Para a comunidade indígena, é o seu Loblaws⁶, seu supermercado. Isso é uma fonte de alimento. Eles têm interesses muito diferentes ali. Acho que esse é outro tipo de conflito que pode ocorrer.

Thaís Henriques Dias: O governo e o estado canadenses estabeleceram uma estrutura para apoiar e proteger as empresas canadenses que atuam no exterior, o que tem sido amplamente reportado e discutido. No entanto, responsabilizar essas empresas no Canadá por suas ações no exterior pode ser difícil. Quais são as formas de buscar essa responsabilização? Que mudanças legais ou políticas poderiam ajudar? Existem movimentos recentes ou reformas legais em andamento no Canadá que podem fazer a diferença?

⁶ Rede de supermercados canadense.

Shin Imai: Bem, tem sido um verdadeiro desafio. O primeiro problema que você identificou foi o apoio do governo canadense às mineradoras canadenses na América Latina. E isso se relaciona com a segunda parte da sua pergunta, que é, o que pode ser feito para responsabilizar essas empresas?

A primeira parte da questão é que, quanto mais eu lia, e estou falando de 10 anos atrás, foi uma grande surpresa sobre as mineradoras canadenses. Só quando comecei a conversar com ONGs no Canadá e elas disseram: “Shin, não são apenas as empresas de mineração, são as embaixadas canadenses que as estão permitindo. Elas estão pressionando os governos”. Então, comecei a investigar tudo isso, e é realmente impressionante. Você conhece a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)? Havia uma mineradora canadense na Guatemala e a Comissão Interamericana recebeu uma denúncia. Agora, a Comissão Interamericana deveria ser independente. Claro, todos os estados membros da OEA, a Organização dos Estados Americanos, estão envolvidos, e eles frequentemente tentam minimizar o papel da Comissão. Acho que o Brasil até se retirou em algum momento. Mas você sabe, sempre há essa dinâmica. O Canadá sempre teve uma voz muito ativa em apoiar a Comissão e sua independência, afirmando que é uma instituição muito importante e que todos os Estados devem cumprir suas decisões. O que é ótimo. Isso é verdade.

Neste caso, na Guatemala, a Comissão disse à Guatemala para suspender a mina canadense. Então, o Canadá não fez parte dessa disputa, certo? O que o Canadá tem a ver com isso? Bem, é uma mina canadense. A embaixada canadense então vai até o presidente da Guatemala e diz a ele para ignorar a decisão da Comissão. E não apenas o embaixador, mas ministros do gabinete canadense estão envolvidos, telefonando, escrevendo cartas, até se encontrando com os advogados da empresa para traçar uma estratégia de como proceder. Eles estavam pressionando o governo da Guatemala para ignorar a decisão. Ao mesmo tempo, também estavam indo à CIDH, onde o Canadá é o maior financiador. O Canadá solicitou uma reunião com o Secretário-Geral para falar sobre o caso, e eles dizem que foi apenas para obter informações, mas quando pedimos informações sobre o que aconteceu na reunião, tudo foi censurado. Sabemos que a reunião aconteceu, mas os detalhes estavam todos ocultados. Eles não nos dizem o que aconteceu na reunião.

Eventualmente, a Comissão retirou sua ordem de suspensão [da mina]. Então, o que a embaixada do Canadá estava fazendo? Não apenas pressionou o governo da Guatemala para

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

ignorar a decisão da Comissão depois de dizer publicamente que todos os Estados deveriam seguir as decisões da Comissão, porque é uma organização independente, mas também pressionou a Comissão independente. Não sabemos exatamente o que aconteceu, mas fomos ao tribunal para tentar acessar as informações, argumentando que não havia justificativa para cobrir todas as informações e pedindo que os detalhes fossem tornados públicos, para que pudéssemos entender o que foi dito durante aquela reunião, o que a embaixada do Canadá disse ao Secretário-Geral da CIDH. Há uma exceção na lei sobre divulgar informações que possam prejudicar as relações internacionais. O juiz analisou isso e, embora nós e nossos advogados não tivéssemos permissão para ver as informações, o juiz teve. Ele disse: “Este é um caso em que tornar essas informações públicas prejudicaria as relações internacionais”. Então, qual foi a ameaça? Foi um suborno? Duvido que tenha sido isso, mas é uma possibilidade. Ou talvez tenha sido uma ameaça, talvez o Canadá estivesse ameaçando retirar seu financiamento? Não sabemos. Mas quando tentamos imaginar o que pode ter acontecido, poderia ter sido um suborno ou uma ameaça. As embaixadas farão qualquer coisa, e esse é o problema.

Nos últimos 15 anos, o público canadense tem se preocupado muito com as mineradoras canadenses. Houve várias tentativas de criar uma lei que as regulasse. Acho que essa preocupação pública fez o governo fingir que estava fazendo algo. Eles têm uma política sobre defensores de direitos humanos que as embaixadas deveriam seguir. Novamente, fomos ao tribunal. Elas não seguem. Fomos ao tribunal para tentar obrigá-las a seguir. E disseram que existe uma política, mas que as embaixadas não são obrigadas a cumpri-la. Também houve uma tentativa de criar um escritório chamado CORE, *Canadian Ombudsperson for Responsible Enterprise* (Ouvidoria Canadense para Empresas Responsáveis). Essa pessoa deveria ter o poder de investigar denúncias contra empresas mineradoras canadenses. Se uma comunidade na América Latina tivesse preocupações sobre uma mineradora canadense, poderia enviar sua denúncia para o escritório, e ela seria investigada. Houve muito apoio para a criação do escritório, mas, depois do anúncio, levaram dois anos para nomear alguém. Nesse meio tempo, houve um intenso *lobby* da indústria mineradora⁷. E no fim, o escritório foi criado, alguém foi nomeado, mas essa pessoa não tinha nenhum poder. Nenhum poder. Se ela quisesse investigar uma mineradora e a empresa se recusasse a cooperar, ela não poderia fazer nada. Mesmo que

⁷ Charlotte Connolly (2019) analisou a atuação de *lobby* das duas principais associações da indústria de mineração no Canadá – Mining Association of Canada (MAC) e Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC) – em diferentes níveis do governo federal canadense, entre janeiro de 2018 e abril de 2019, durante o processo de criação da CORE.

descobrisse algo errado, sua única opção seria relatar o caso. Ela não tinha autoridade para obrigar a empresa a fazer nada. E, claro, se você conhece o histórico do que as embaixadas [canadenses] estão fazendo, o motivo pelo qual ela acabou sem nenhum poder faz total sentido, certo? Quer dizer, você não pode permitir que ela interfira no que a embaixada está fazendo para apoiar as mineradoras canadenses.

A maior ironia, e isso é o que espero que as pessoas na América Latina percebam, é que o governo canadense é estúpido. O nível de estupidez é incrível. Muitas dessas mineradoras canadenses são canadenses porque foram incorporadas no Canadá. Elas não têm escritórios, funcionários ou pagam impostos no Canadá. Suas sedes podem estar nos Estados Unidos, em Santiago ou em Londres. E, ainda assim, a embaixada canadense está fazendo de tudo para apoiar essas empresas. Por que fariam isso? Por que você faria isso quando elas não pagam nenhum imposto? Elas pagaram apenas 300 dólares para se incorporar no Canadá, e é só isso. Não faz sentido. É simplesmente um nível incrível de estupidez.

Thaís Henriques Dias: Por que você acha que eles fazem isso?

Shin Imai: Bem, há um *lobby* muito forte da mineração. Existem algumas mineradoras muito grandes, e elas se beneficiam disso, de não precisarem pagar impostos no Canadá, mas ainda assim receberem todo o apoio. Então, elas fazem *lobby*. E acho que alguns políticos simplesmente pensam: “Ah, é uma mineradora canadense. Devemos apoiá-la”, sem realmente saber que elas não pagam nenhum imposto no Canadá. Algumas pagam, especialmente se têm uma mina no Canadá, mas nenhuma delas paga impostos por suas operações na América Latina, elas não precisam. É por isso que há tantas mineradoras no Canadá. E, mesmo assim, a embaixada canadense oferece um apoio enorme, fantástico. Então, elas adoram o Canadá. Sabe, serviço gratuito.

É um quebra-cabeça. Existem outros fatores, como a corrupção, por exemplo. Quando primeiros-ministros se aposentam, acabam entrando para o conselho de uma grande mineradora. O ministro das Finanças se aposenta e entra para o conselho de uma mineradora. Um ex-embaixador no México se aposenta e depois começa a trabalhar para uma mineradora canadense, fazendo *lobby* junto ao governo mexicano. Esse tipo de coisa acontece. Não sei se há benefícios financeiros diretos, em termos de dinheiro, pagamentos em espécie para burocratas ou políticos. Não tenho evidências disso, mas se você está buscando razões, essa é

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

uma que deve ser considerada. Talvez existam outras razões que eu não consigo imaginar. É parecido com aquele *lobby* na CIDH, a Comissão Interamericana. O que o embaixador disse ao secretário-geral que foi totalmente censurado? É algo sério. Isso afeta a reputação do Canadá e suas relações internacionais com o governo da Guatemala e com a CIDH. Foi isso que o tribunal afirmou. O juiz analisou o caso. E agora nos resta imaginar: o que havia ali? Um suborno ou uma ameaça. Então você começa a se perguntar: “Por que o Canadá apoia todas essas mineradoras?”. Bem, eu não sei. Talvez não tenha sido um suborno ou uma ameaça, talvez seja outra coisa, mas eles não nos dizem.

Thaís Henriques Dias: No relatório de 2017 sobre violência e mineradoras canadenses na América Latina (Imai; Gardner; Weinberger, 2017), vocês observaram um padrão na forma como os conflitos são reportados pelas empresas canadenses, frequentemente moldado por regulamentações governamentais. Por exemplo, muitos fundos de pensão investem em empresas envolvidas em questões controversas, mas os membros geralmente não sabem para onde seu dinheiro está indo. Parece que o sistema financeiro esconde essas conexões. Quais são as chances de melhorar a transparência nesses casos? De que forma isso poderia ajudar na responsabilização das empresas? E quais são os limites dessa abordagem?

Shin Imai: Trabalhando com as comunidades, tentamos várias formas diferentes de lidar com isso. A primeira coisa em que pensamos, obviamente, somos ativistas de direitos humanos, foi examinar a legislação de direitos humanos. O que podemos dizer? Podemos ir às Nações Unidas, levar um caso a um de seus comitês? Ou podemos ir à CIDH e fazer uma denúncia na OEA? Mas então percebemos que as empresas não se importam. Por que se importariam? Porque não podemos mover ações de direitos humanos contra as empresas, todas são contra os governos. E foi o governo que lhes concedeu a licença para minerar. Então, é legal. Elas estão minerando legalmente. E, da perspectiva da empresa, isso é tudo o que importa. O problema é do governo. Foi ele que deu a licença. Se alguém tem uma reclamação, é contra o governo, não contra a empresa. Isso não afeta a mineradora em nada. Foi por isso que começamos a analisar que tipos de instrumentos corporativos existem para tentar responsabilizá-las. E do que essas empresas são feitas? Elas têm um CEO e um conselho de administração, mas reclamar com eles era inútil, porque sempre respondiam: "As comunidades nos adoram". Isso é tudo o que eles podiam dizer.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR EMÉRITO SHIN IMAI

Então, começamos a olhar para as pessoas que investem nessas empresas. São bancos, fundos de pensão, acionistas, pessoas que comprem ações. Começamos a analisar como poderíamos abordar esses grupos. E não estou dizendo que é só o JCAP. É uma estratégia geral usada por muitos grupos nessas questões. Nós estávamos apenas fazendo isso, mas uma das coisas em que acho que o JCAP tem sido um líder é olhar para as empresas, verificando se elas estão dizendo a verdade sobre o conflito social e o consentimento indígena. Uma das coisas que descobrimos em nosso relatório de 2017 foi que as empresas não mencionam os protestos. Elas não mencionam quando alguém é morto e negam que os povos indígenas existam. É isso que dizem aos seus investidores. Elas dizem: “As comunidades nos adoram, não se preocupem”. Elas não falam sobre os protestos.

Usamos uma lei chamada Lei de Valores Imobiliários (*Securities Act*)⁸, que se aplica a essas corporações, e começamos a fazer reclamações. Argumentamos que elas precisam divulgar essas informações porque isso afeta os preços das ações, e os acionistas têm o direito de saber. Só para explicar o que isso significa: uma empresa pode vender suas ações por meio de uma bolsa de valores para quem quiser comprá-las, mas a empresa tem que dizer a verdade sobre seus pontos fortes e fracos. É como comprar uma caixa de leite. Se o rótulo diz um litro, mas na verdade há apenas 500 mililitros dentro, você pode reclamar ao governo por propaganda enganosa. Como consumidor, você tem o direito à verdade. O mesmo princípio se aplica aos investidores, eles também são consumidores e têm o direito de receber informações verdadeiras da empresa. Se uma mina fecha devido a um terremoto, a empresa não pode esconder isso. Ela tem que informar seus investidores. Então, os investidores podem decidir: "Ok, não vou investir nessas ações", ou os acionistas atuais podem vender. Mas é obrigação da empresa dizer a verdade sobre o que ela é. Eles não estavam dizendo a verdade sobre o conflito social e o consentimento indígena.

O que fizemos foi trabalhar em talvez uma dúzia dessas reclamações, metade delas diretamente e a outra metade ajudando outras pessoas a registrá-las. Apresentamos essas reclamações aos reguladores de valores mobiliários, argumentando que a empresa não estava dizendo a verdade sobre os conflitos sociais. Pegue o caso da Tahoe [Resources], por exemplo: cinco pessoas mortas, enormes protestos, votos em comunidades ao redor da mina dizendo:

⁸ A Lei de Valores Mobiliários consiste em requisitos para investidores e empresas que listam suas ações em bolsas de valores, exigindo a divulgação de informações sobre assuntos que possam afetar seus negócios. Essa exigência é aplicada pelas comissões provinciais de valores mobiliários, que atuam como agências de proteção ao consumidor para os investidores.

“Não queremos a mina”, mas a empresa mineradora nunca divulgou nada disso. Em vez disso, disseram: “As comunidades nos adoram”. Então, dissemos aos reguladores de valores mobiliários que a empresa precisava reportar isso porque afeta a mina. Se há protestos na mina e nós publicamos isso, se a reclamação ganha cobertura da mídia, os preços das ações caem. Isso afeta a empresa mineradora e seus acionistas. É como segurar uma nota de dez dólares e, de repente, ela valer apenas cinco. Essa é uma forma de ganhar visibilidade e é um dos instrumentos corporativos que temos usado. Mas é realmente ineficaz e muito tangencial, porque um acionista que comprou ações por dez dólares, de repente, as vê cair para cinco devido ao conflito comunitário e ao fechamento da mina. O que ele pode fazer? Ele pode processar a empresa. Ele poderia dizer: “Se soubéssemos sobre esses problemas, não teríamos comprado essas ações. Mas vocês não nos disseram. Agora, nossas ações valem metade”. Eles podem processar e obter compensação. Há um mecanismo para lidar com isso.

E as comunidades? Isso não tem impacto algum sobre elas. Elas não recebem dinheiro. Não recebem compensação. As empresas nem sequer precisam mudar o que fazem. Tudo o que precisam fazer é divulgar suas ações. Se disserem: “Nós comemos bebês no café da manhã”, então elas fizeram a divulgação. E se alguém ainda quiser comprar ações de uma empresa que come bebês no café da manhã, pode. Ninguém pode reclamar porque sabiam o que estavam comprando. Então, a regulação de valores mobiliários é muito tangencial. Não é um caminho direto para encontrar responsabilização, mas isso só mostra o quão patética é toda a situação. Isso é o que estamos usando. Coisas como essa são tão indiretas porque não existe um método direto. A impunidade é muito forte, e o governo canadense fará de tudo para proteger as empresas mineradoras.

Thaís Henriques Dias: Gostaria de agradecer novamente pelo seu tempo e pelas respostas elucidativas. Antes de terminarmos, há algo mais que você gostaria de adicionar?

Shin Imai: Sim, eu diria que pode ser bem desanimador porque você está lutando contra forças muito poderosas. Mas existem vitórias. Elas podem não vir rapidamente, e talvez não venham de forma definitiva, mas a menos que continuemos lutando, não haverá vitórias. Acho que é muito importante manter as questões vivas e apoiar as comunidades, mesmo que o que você esteja fazendo não pareça muito eficaz. Acho que é muito importante que elas sintam que há

outras pessoas ao lado delas, que não estão totalmente isoladas. Agradeço pelo seu trabalho e pesquisa, porque é disso que precisamos mais.

Thaís Henriques Dias: Muito obrigada. Eu ia te perguntar se você tem algum conselho para quem está pesquisando e trabalhando em responsabilidade corporativa e direitos humanos, mas acho que você já nos disse para continuar.

Shin Imai: Sim, continue e sejam criativos. Pensem em táticas diferentes, porque não há um caminho. “*Caminante, no hay camino, se hace camino al andar*”⁹.

Referências

CONNOLLY, Charlotte. Lobbying by mining industry on the proposed Canadian Ombudsperson for Responsible Enterprise. **Justice and Corporate Accountability Project**, 2019. Disponível em: <https://justice-project.org/wp-content/uploads/2022/08/2.-Report-on-Lobbying-by-Mining-Industry-july-24-fin.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

GRUSKE, Carolyn. Osgoode project keeps an eye on Canadian mining companies abroad. **Canadian Lawyer**, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.canadianlawyermag.com/practice-areas/esg/osgoode-project-keeps-an-eye-on-canadian-mining-companies-abroad/381786>. Acesso em: 5 mar. 2025.

IMAI, Shin; GARDNER, Leah; WEINBERGER, Sarah. **The 'Canada Brand': Violence and Canadian Mining Companies in Latin America**. Osgoode Legal Studies Research Paper, n. 17, 2017.

JCAP. **Justice and Corporate Accountability Project**. Disponível em: <https://justice-project.org/>. Acesso em: 9 mar. 2025.



Esta é uma ENTREVISTA publicada em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

⁹ Versos do poema “*Caminante, no hay camino*” do poeta espanhol Antonio Machado, publicado em 1912.